

COMENTÁRIOS SOBRE O AVANÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR E SOBRE A REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Gerson Teixeira

Coordenador regional da Associação Brasileira de Reforma Agrária
gersonteixeira@terra.com.br

CONTEXTO POLÍTICO

A depender das opções políticas internas, a crise ambiental mundial poderá gerar oportunidades econômicas bastante promissoras para o Brasil. A mais imediata, pelo avançado estágio de desenvolvimento, está associada aos agrocombustíveis. Em particular, o governo, setores técnicos e lideranças políticas e empresariais apostam nas vantagens comparativas do Brasil na produção do etanol da cana-de-açúcar para ganhos econômicos vultosos para o país com a eventual estruturação do mercado global do etanol.

Ao mesmo tempo, com essa estratégia o governo espera diferenciar ainda mais o Brasil no ranking dos países com matrizes energéticas relativamente limpas.

Enquanto “bem ambiental”, pelo conceito baseado nas chamadas “tecnologias de fim de tubo”, não há dúvidas sobre as virtudes ambientais do etanol da cana vis a vis os derivados do petróleo, e mesmo sobre o seu similar obtido a partir do milho, notadamente nos EUA. A própria Agência Ambiental daquele país já reconheceu a superioridade dos méritos ambientais do etanol da cana.

Todavia, em que pese o enorme empenho diplomático do governo brasileiro, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC não reconhece a qualidade de bem ambiental para o etanol da cana nas negociações multilaterais pela liberalização do comércio dos Bens e Serviços Ambientais (BSA). Isto, por conta de pressões contraditórias e oportunistas de americanos e europeus que acusam os passivos socioambientais dos métodos e processos de produção (ppm, na sigla em inglês), da matéria prima no Brasil.

A contradição se explica por prevalecer, no mencionado órgão da OMC, a conceituação de bem ambiental pelos atributos ambientais do produto final, que ignora os passivos ao longo das cadeias produtivas. Entretanto, sentenciam o etanol da cana pelos problemas socioambientais da produção da matéria prima.

Oportunista, pois o posicionamento reflete óbvios propósitos protecionistas dos europeus e americanos.

Não obstante, exceções a parte, a cultura da cana é marcada no Brasil pelos seus colossais passivos fundiários, sociais e ambientais.

No intuito de eliminar esse gargalo para a estratégia brasileira pela transformação do etanol em commodity global, o governo federal assumiu o compromisso, na esfera internacional, pela reversão dessa realidade nos canaviais do país. Para dar credibilidade ao compromisso, sinalizou a instituição de rigoroso programa de certificação socioambiental do produto brasileiro.

Ao mesmo tempo, e associadamente, foi recém-aprovado, com força de Lei, o Zoneamento Agroecológico da cana no território nacional.

Entre os vários expedientes para impor limites territoriais e condicionalidades socioambientais para o cultivo da cana, esse zoneamento prevê mecanismo para tentar evitar a competição da cultura com a produção de alimentos. Para tanto, exige a licença, pelo Ministério da Agricultura, para novos plantios. Sem dúvidas é um avanço, em que pese o duvidoso exemplo histórico do MAPA na regulação dos setores de agroquímicos e dos insumos em geral. Que tal retrospectiva não se reproduza no exercício da prerrogativa pelo licenciamento dos plantios de cana!

Todavia, à medida que o zoneamento se aplica, apenas, à área de expansão com a cultura, o mesmo não afetará as repercussões já observadas nas áreas consolidadas de cana.

Um marco importante da estratégia brasileira para o etanol foi a celebração do Memorando de Entendimento Brasil-EUA para fazer avançar a cooperação bilateral em Biocombustíveis. O Protocolo prevê:

- a) harmonização de padrões e normas técnicas dos biocombustíveis. Primeira fase expressa na publicação do “White Paper on Internationally Compatible Biofuels Standards” e, a 2ª fase, pelo engajamento da China, Índia e África do Sul para a definição de programa de trabalho com vistas à elaboração de novo “White Paper” para o subcomitê nº 7 da ISSO;
- b) cooperação em terceiros países (inicialmente El Salvador, Haiti, Rep. Dominicana e São Cristóvão e Névis) para aumento da oferta global de matéria prima;
- c) a aproximação de instituições de pesquisa e desenvolvimento em biocombustíveis de segunda geração;
- d) força-tarefa sobre sustentabilidade.

No plano interno, se observa intenso processo de aquisições, fusões e incorporações de capitais no setor, com o apoio financeiro do BNDES, e com grande presença de grupos internacionais.

O AVANÇO DA CANA EM SÃO PAULO

O Estado de São Paulo constitui objeto para o melhor estudo de caso sobre essa fase expansiva do agronegócio da cana no Brasil, impulsionado pelas estratégias para o etanol.

Conforme veremos, notadamente a partir de 2003, o avanço da cana em São Paulo ocorreu a taxas extraordinárias.

Os sucessivos governos do Estado de São Paulo não têm adotado medidas para impedir a competição da cana com as lavouras alimentares.

Em março de 2008, foi firmado Protocolo entre o Governo do Estado e a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil, o qual, por livre adesão dos produtores, incluiu dispositivos ambientais importantes para o saneamento dos problemas ambientais da

cultura. Na prática, o referido Protocolo praticamente estendeu aos produtores, antecipando cronogramas, os termos do protocolo com as unidades agroindustriais celebrado em 04 de junho de 2007.

O instrumento firmado com os plantadores prevê, entre outros compromissos de cunho ambiental: (i) a antecipação dos prazos para a eliminação da queimada da cana; (ii) a renúncia à queimada para fins de colheita nas áreas de expansão de cana; (iii) a proteção das matas ciliares das propriedades canavieiras; e (iv) as boas práticas de conservação dos recursos hídricos e dos solos e de descarte das embalagens de agrotóxicos.

Também foi instituído, em 18 de setembro de 2008, o zoneamento agro-ambiental da cana em SP (ZAA), o qual está direcionado para o mapeamento das áreas com aptidão técnica e daquelas com restrições ambientais para a cana. A exemplo do zoneamento federal não há retroatividade. E, diversamente do zoneamento federal, não há a preocupação com restrições para o avanço espacial da cana por razões de segurança alimentar.

A propósito, qual dos zoneamentos prevalecerá no estado?

De acordo com o ZAA, “em relação à área total do Estado de São Paulo na qual a atividade canavieira é efetivamente exercida, 26% está em áreas adequadas, 45% em áreas adequadas com limitações ambientais, 28% em áreas adequadas com restrições ambientais e apenas 1% em áreas inadequadas”.

Neste texto, pinçamos informações sobre o ritmo excepcional de expansão da cultura no estado com dois objetivos: demonstrar a preferência do capital pela concentração da atividade no Estado de São Paulo, por razões econômicas óbvias; e sinalizar a correlação do processo com a queda na produção de alguns alimentos básicos.

A intenção do texto é a de somar-se aos textos mais elaborados sobre o assunto, com o propósito de chamar a atenção para a necessidade de ações políticas que revertam a economia da monocultura da cana do estado com os seus efeitos, e impeçam a reprodução dessa realidade em outros estados. Acreditamos que esse quadro, além de impor enormes riscos para a economia agrícola do estado e do país, conspira contra as próprias estratégias para o etanol, especialmente caso reproduzido em outras áreas do país.

São confrontadas as posições de 2003 e 2008 tendo como fonte dos dados básicos, a pesquisa Produção Agrícola Municipal, do IBGE.

Como os dados de 2008 são os mais recentes divulgados pelo IBGE, o quadro retratado, na sequência, por suposto, apresenta-se com contornos bem mais agudos.

Sob as circunstâncias acima, ocorreu o avanço desproporcional da economia da cana no Estado de São Paulo com o deslocamento de culturas alimentares. Pontos a destacar nesse processo:

- Área plantada com lavouras temporárias no Brasil, em 2008: 58,8 milhões hectares; aumento de 6,7 milhões de hectares sobre 2003.

- Área plantada com cana em 2008 no Brasil: 8.2 milhões hectares; aumento de 2.8 milhões de hectares sobre 2003. Significa que 58% do incremento total de área plantada com lavouras temporárias no Brasil, entre 2003 e 2008, foi com a cana;
- A região que apresentou o maior crescimento na área plantada de cana foi o Sudeste, com 2 milhões de hectares, ou 71.4% do aumento da área total com a cultura em todo o Brasil, no período. A área total plantada com cana no Sudeste é de 5.4 milhões de hectares (posição 2008);
- Na realidade, o desempenho da cana no Sudeste e no Brasil deve-se ao desempenho do Estado de São Paulo. Este possui área plantada de 4.5 milhões de hectares;
- Essa área plantada com cana em São Paulo é 872,1 mil hectares superior à soma das áreas plantadas com a cultura no restante do Brasil. São Paulo possui 55.3% da área plantada de cana no Brasil;
- Em relação à área plantada no Sudeste, de 5,4 milhões de hectares, a área de cana em SP representa 85%;
- O segundo estado em área plantada com cana é Minas Gerais, com área com a lavoura de 610,4 mil hectares, *i.e.* 4 milhões de hectares a menos que São Paulo;
- Em relação a 2003, o incremento absoluto na área plantada com cana em São Paulo em 2008 foi de 1.7 milhão de hectares, o correspondente a 59% da expansão da área com a cultura em todo o Brasil e a 85% do incremento de área no Sudeste, no período.
- A participação da área com cana em São Paulo sobre a área total com lavouras temporárias no estado é de 69%, e sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários em SP, é de 27%;
- A área plantada com as demais culturas do grupo lavouras temporárias em São Paulo é de 2 milhões de hectares (posição 2008). Em 2003, era de 2,38 milhões há uma redução de área com essas culturas de 325.8 mil hectares (14%), de 2003 para 2008;
- Por 300 mil hectares, somente, o acréscimo da área de cana de 2003 a 2008 (1.7 milhão de ha) não se igualou ao total de área plantada em São Paulo em 2008, com todas as demais lavouras temporárias;

- Esta área plantada com as demais lavouras temporárias em SP é inferior em 2.5 milhões de hectares à área plantada com cana no estado.

- Uma breve comparação dos dados da cana, em SP, com os de 3 produtos que integram a dieta básica da população (arroz, feijão, e milho), revela:

1. No mesmo período, a área plantada com esses 3 produtos encolheu 203.2 mil hectares (-14.8%), ou seja, 62.3% da redução de área com todas as demais lavouras temporárias foram com essas 3 culturas. O quadro seguinte detalha os resultados de área plantada com os 3 produtos, no Estado de SP;

Produto	Área plantada - ha			
	2003	2008	Varição abs	Varição %
Arroz (em casca)	35.165	22.610	-12.555	-35,70%
Feijão (em grão)	222.158	179.670	-42.488	-19,10%
Milho (em grão)	1.114.180	965.907	-148.273	-13,30%
Total	1.371.503	1.168.187	-203.316	-14,8%

2. Enquanto a produção de cana em São Paulo cresceu 70% no período, alcançando 386 milhões de ton em 2008, o equivalente a 60% da produção nacional, a produção, no estado, de arroz, feijão e milho declinou, respectivamente, 20%; 6.3% e 1.1%. O quadro abaixo sintetiza os dados de produção dos 3 produtos alimentares (Brasil e SP):

Produção - Toneladas				
	2003	2008	Varição abs	Varição %
Arroz (em casca)	102.020	81.962	-20.058	-19,7%
Feijão (em grão)	303.190	283.954	-19.236	-6,3%
Milho (em grão)	4.732.040	4.681.177	-50.863	-1,1%
Total	5.137.250	5.047.093	-90.157	-1,8%

3. Em termos per capita, a redução na produção dos produtos alimentares, em consideração, foi a seguinte:

Produção per capita- KG por pessoa (São Paulo)			
	2003	2008	Varição
Arroz (em casca)	2,64	2,00	-24,0%
Feijão (em grão)	7,83	6,94	-11,4%
Milho (em grão)	122,3	114,45	-6,4%
Total	132,8	123,40	-7,0%

4. Agregando-se a soja aos 3 produtos, e ao se comparar SP e Brasil, constatam-se os seguintes resultados de produção agregada:

		2003	2008	Variação
Arroz Toneladas	- Brasil	10.334.603	12.061.465	16,70%
	- São Paulo	102.020	81.962	-19,70%
Feijão Toneladas	- Brasil	3.302.038	3.461.194	4,80%
	- São Paulo	303.190	283.954	-6,30%
Milho Toneladas	- Brasil	48.327.323	58.933.347	21,90%
	- São Paulo	4.732.040	4.681.177	-1,10%
Soja Toneladas	- Brasil	51.919.440	59.242.480	14,10%
	- São Paulo	1.708.938	1.446.108	-15,40%
Total	- Brasil	113.883.404	133.698.486	17,4%
	- São Paulo	6.846.188	6.493.201	-5,2%

5. Além da taxa singular de crescimento da lavoura da cana em SP, de 2003 para 2008, ocorreu, no período, o deslocamento importante de posições de municípios no ranking dos maiores produtores do estado. A Tabela abaixo demonstra:

Produção de Cana – Brasil/SP e principais municípios produtores do estado em 2008 com o cotejo sobre 2003.

	Produção em 2008 - Ton	Variação sobre 2003	
Brasil	645.300.182	62,9%	
São Paulo	386.061.274	69,3%	
Principais municípios produtores em 2008		Variação sobre 2003	OBS
Morro Agudo	10.260.000	22,6%	manteve 1ª posição de 2003
Barretos	5.481.000	177,2%	Era 21º em 2003
Guaíra	5.100.000	75,0%	Era 6º em 2003
Paraguaçu Paulista	4.723.200	144,9%	Era 23º em 2003
Araraquara	4.410.000	98,3%	Era 15º em 2003
Ituverava	4.410.000	292,3%	Era 65º em 2003
Piracicaba	4.000.000	25,0%	Era 3º em 2003
Araçatuba	3.874.000	218,8%	Era 60º em 2003
Miguelópolis	3.870.000	158,0%	Era 36º em 2003
Brotas	3.823.200	268,7%	Era 75º em 2003

- O processo em consideração coincide (ou determina) com um fenômeno de reconcentração da propriedade fundiária em SP: de 1995 para 2006 o número de estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo aumentou 9.578 unidades (4%), passando de 218 mil para 227.6 mil estabelecimentos. A área desses estabelecimentos foi reduzida em 667.7 mil hectares totalizando 16.7 milhões de hectares em 2006 (-4%);

- Discrepando da tendência de redução da área dos estabelecimentos agropecuários, os estabelecimentos com as maiores áreas (1.000 ha e mais) tiveram incremento de área em 10 anos, de 25%. Em 1995 acumulavam 4.8 milhões de hectares. Em 2006, 5.9 milhões de hectares; um acréscimo de 1.2 milhão de hectares. Ou seja, enquanto a participação do número desses estabelecimentos no número total se manteve em 1% (são 2 mil estabelecimentos nessa faixa), a área acumulada pelos mesmos, correspondente a 27.4% da área total em 1995, saltou para 35.5% em 2006;

- Já os estabelecimentos, em SP, com áreas inferiores a 100 hectares tiveram incremento no número, de 13.4 mil (totalizam 197.8 mil unidades). Todavia, tiveram perda de área de 419.5 mil hectares (-9%). Acumulam 4 milhões de hectares. Representam 87% do número total de estabelecimentos com 23% da área.

CONCLUSÕES

1. A atual fase expansiva do agronegócio da cana impulsionado pelas novas estratégias para o etanol levou à hiper-concentração da cultura no Estado de São Paulo;

2. As razões para tal são óbvias: infra-estrutura, logística, terras aptas;

3. Estudos precisam ser realizados para estimar os impactos desse processo expansivo da cana no mercado de terras, concentração fundiária, e riscos para a economia agrícola do estado e do país decorrente da escala da monocultura da cana;

4. A frouxidão do papel regulador do governo do Estado de São Paulo, no máximo levou à efetivação, em 2007 e 2008, de instrumentos de adesão, por plantadores e agroindústrias, visando à redução das sequelas ambientais do cultivo da cana, por também óbvias razões comerciais;

5. Tais instrumentos não consideraram salvaguardas para a expansão da cultura no estado na perspectiva da defesa da produção de alimentos. Os dados antes apresentados sugerem a forte competição da cana com esses produtos, fato que merece investigação mais específica;

6. O Zoneamento agro-ecológico da cultura em nível federal incluiu a preocupação da competição da cana com a produção de alimentos. Todavia, se aplica apenas, à área de expansão da cultura, o que no caso de São Paulo terá pouco efeito, dada a já muito expressiva área consolidada de plantio.